

Dívida: de um acordo injustificável a uma moratória soberana

Luiz Antonio de Oliveira
Lima (*)



Uma análise ainda que superficial dos termos do novo acordo do Brasil com os credores internacionais mostra que o nosso país se submete mais uma vez a um programa de ajustamento desnecessário e a um humilhante monitoramento pelo FMI. Tanto é humilhante que nossas autoridades têm procurado justificar o acordo com base na afirmação de que o aval do FMI é apenas parcial, o que na verdade é um puro ilusionismo verbal.

Dessa maneira, no momento em que aceitamos tal acordo — sem nenhuma salvaguarda que garanta refinanciamento automático dos juros no caso de aumento das taxas de juro, ou de perda ou queda de nossas exportações devido a restrições comerciais impostas pelos países ricos —, torna-se oportuna a leitura do texto de Petrônio Portella Filho, "A Moratória Soberana", não só pela clareza de sua exposição como também pela relevância das informações que apresenta.

O trabalho de Portella permite ver como é paradoxal o momento presente: um momento em que especialmente a nossa chama da "élite" vocifera contra o déficit público e aplaude o novo acordo, vendo nele um gesto de salvação nacional. Apenas o desconhecimento dos fatos, o imediatismo e o temor a qualquer inovação podem explicar essa contradição. Uma análise correta do que aconteceu com a economia brasileira durante a sua última "marcha forçada" em busca do pagamento da dívida comprova essa conclusão.

Uma primeira característica desse processo de "ajustamento", que se inicia praticamente com a política recessiva, a partir de 1981, é a de que superávits volumosos, capazes de arcar com o serviço da dívida, mesmo que restrito apenas aos juros, impõem necessariamente grandes limitações ao crescimento da economia. Na verdade,

tais superávits têm um peso desproporcional não só em termos de economia brasileira como também em termos não nacionais. Eles equivaleram, como observa Petrônio Portella Filho, "no biênio 1984/85, a perto de 6% do PIB, o que em termos relativos representa quase o dobro dos superávits de economias desenvolvidas superdinâmicas como a japonesa. Em termos históricos, as transferências de recursos brasileiros excedem em mais de 100% o peso relativo das remessas de reparações de guerra que levaram a Alemanha à hiperinflação dos anos 20".

Assim, como resultado dos programas do FMI, a balança comercial brasileira produziu um superávit inédito de 35 bilhões de dólares no período 1984/86. Porém tal superávit se deu mediante racionamento de importações, que apresentaram uma queda drástica neste período, caindo de 22 bilhões, em 1981, para 13,3 bilhões de dólares em 1986. De outro lado, as exportações, que apresentaram uma elevação no período 1984/85, fechando o período em 22,4 bilhões, só puderam ter essa elevação através de um programa de in-

centivos fiscais de elevado custo social. Tal programa, observa Petrônio Portella Filho, "contempla, entre outras coisas, a isenção do Imposto de Renda para lucros de exportações e a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Imposto de Importação para produtos destinados a venda no mercado externo. Os incentivos fiscais à exportação provocaram, em 1986, uma perda de 67 bilhões, 507 milhões de cruzados na arrecadação tributária, o que representa uma fatia de 54% de todos os incentivos fiscais do governo federal. A massa total de incentivos fiscais reduziu em 36% a arrecadação tributária de 1986, implicando perdas de quase três vezes o total do Imposto de Renda (IR), pago pelas pessoas físicas".

Diante desses fatos, não é difícil concluir que tais incentivos implicam enorme sacrifício para o povo brasileiro, que é obrigado a sustentar tais subsídios ou mediante a elevação da tributação ou mediante os impostos implícitos no processo inflacionário.

Outro ponto importante ressaltado na obra mencionada diz respeito aos impactos que a exação da dívida

teve sobre os indicadores da economia brasileira. Uma das primeiras coisas, que salta à vista, é o agravamento do processo inflacionário. Considerando-se o período 1980/86, excetuando-se o ano de 1986, durante o congelamento, o Índice Geral de Preços situou-se em torno de 100% no primeiro triênio, saltando para um patamar superior a 200% no triênio seguinte. Sobre esse ponto é citado o economista americano Thomas Sargent, para quem "é possível que a inflação brasileira não chegue a seu termo até que a dívida brasileira seja reduzida por uma iniciativa de seus credores".

Em termos de crescimento econômico, pode-se acreditar — o que foi confirmado pelo que ocorreu em 1987 — que o crescimento de 8,3% em 1985 e de 9% em 1986 não é sustentável. Tal crescimento apresentou uma grande anomalia, como observado por Petrônio Portella Filho: "Os dados sobre a formação bruta de capital fixo, que representava 25,6% do PIB durante a década de 70, situaram-se, segundo estimativas preliminares, na média de 16,5% do PIB durante os três anos da cha-

mada 'recuperação' brasileira". Ora, como pode uma economia que tem reduzido sua capacidade de investimento, em grande parte devido a seu esforço de obter superávits comerciais, manter por um período longo esse processo?

Se considerarmos, de ou-

tro lado, que os encargos financeiros do governo aumentaram, em termos reais, 226% entre 1980 e 1984, verifica-se segundo o autor, "a evidência incontestável de que os superávits exercem um efeito fortemente desestabilizador sobre as contas públicas..." ou, como reconheceu o próprio governo Sarney, no PND da Nova República, "o ajuste externo traduz-se assim em um desajuste interno. O processo de substituição da dívida externa por dívida interna levou a uma situação de crescimento explosivo dos encargos financeiros do governo". Na verdade o "descontrole inflacionário é, em grande parte, a ponta do iceberg do déficit financeiro do setor público".

Com todo esse esforço e todas essas distorções, conseguimos reduzir nossa dívida? Nada disso, observa ainda Petrônio Portela Filho: "a dívida registrada

começou a década na plataforma de 50 bilhões, alcançou os 80 bilhões em 1983 e em seguida saltou para os 100 bilhões em 1986...; a relação dívida-exportações cresceu de forma acelerada ao longo dos últimos cinco anos do período... indicando que a dívida interna se torna cada ano mais impagável". E isso mesmo levando-se em conta que o Brasil realizou durante esse período uma transferência líquida de recursos financeiros superior a US\$ 40 bilhões.

Assim, é imperioso que se cogite, já, de alternativas racionais ao chamado "ajustamento" do FMI; embora se reconheça que a imobilidade atual do governo Sarney em nada contribuirá para isso. Diante disso, um dos grandes méritos do trabalho de Petrônio Portella Filho é apontar as prováveis alternativas econômicas e legais para que o Brasil supere esse interminável trabalho de Sísifo, a que se vem submetendo nos últimos anos.

(*) Professor do Departamento de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.